



**ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE  
2019.**

Data : 10/10/2019  
Horário : 14h  
Local : SDE – Ed. Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 –Bloco 2– Saco Grande  
CEP 88.032-005–Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas do dia dez de outubro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da SDE,  
2 reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA),  
3 com a presença da senhora Camila de Alcântara Rico (IMA), Presidente; e dos membros  
4 representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: José Almerly Padilha  
5 (OCESC), Maicon dos Reis Soares (FAESC) e Rodrigo Walter (OAB/SC).

6

7 Julgamento dos processos relacionados no Edital de Notificação de Julgamento nº 25/19,  
8 publicado no DOE nº 21.112 de 01/10/2019.

9

10 **A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
11 **(CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do Decreto  
12 nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

13

14 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 004/07**

15 AIA Nº : 22503-A  
16 PROCESSO Nº : SDSP 63/070  
17 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
18 RECORRENTE : MÁRCIO DOS SANTOS CORRÊA  
19 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

20

21 **EMENTA**

22

23 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
24 11 DO DECRETO FEDERAL Nº 3.179/99. MUNICÍPIO DE CAMPO ALTO. POR CAÇAR  
25 ESPÉCIE DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO  
26 INTERCORRENTE.

27

28 **DECISÃO**



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 254/11**

AIA Nº : 30453-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1147/2011  
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
RECORRENTE : RUDINEI VIEIRO  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO. TRANSPORTAR PRODUTO FLORESTAL NATIVO, EM DESACORDO COM O AUTORIZADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE. RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição quinquenal. Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para verificação de recuperação ambiental.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.



64 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

65 Presidente

66

67 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 069/12**

68 AIA Nº : 30232-A

69 PROCESSO Nº : DSUST 489/2012

70 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

71 RECORRENTE : ISAÍAS ALBERTO VIPIESKI

72 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

73

74 **EMENTA**

75

76 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
77 50 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CANOINHAS. CAUSAR DANO A  
78 VEGETAÇÃO NATIVA NUMA ÁREA DE 16 HECTARES. RECONHECIMENTO DA  
79 PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

80

81 **DECISÃO**

82

83 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
84 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
85 unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
86 Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos  
87 ambientais, quando couber.

88

89 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

90

91 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

92 Presidente

93

94 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 209/12**

95 AIA Nº : 18405-A

96 PROCESSO Nº : DSUST 1144/2012

97 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

98 RECORRENTE : DÁRIO MILECK



99 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

100

101 **EMENTA**

102

103 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
104 72 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BALNEARIO CAMBORIU. TER EM  
105 CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO  
106 INTERCORRENTE.

107

108 **DECISÃO**

109

110 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
111 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
112 unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
113 Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos  
114 ambientais, quando couber.

115

116 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

117

118 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

119 Presidente

120

121 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 395/12**

122 AIA Nº : 18861-A

123 PROCESSO Nº : DSUST 1956/2012

124 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

125 RECORRENTE : SOLANGE APARECIDA BERTI

126 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

127

128 **EMENTA**

129

130 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
131 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL. TER EM  
132 CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO  
133 INTERCORRENTE.



**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 186/14**

AIA Nº : 36358-A  
PROCESSO Nº : PMSC 3256/2014  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : VILSON RECH  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO. TER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos ambientais, quando couber.



Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 187/14**

AIA Nº : 36583-A

PROCESSO Nº : PMSC 3260/2014

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

RECORRENTE : SIOMAR GONÇALVES

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO. TER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Retornem os autos ao órgão atuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 188/14**

AIA Nº : 36586-A



204 PROCESSO Nº : PMSC 3263/2014  
205 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
206 RECORRENTE : SIOMAR GONÇALVES  
207 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

208  
209 **EMENTA**

210  
211 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
212 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO. TER EM  
213 CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO  
214 INTERCORRENTE.

215  
216 **DECISÃO**

217  
218 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
219 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
220 unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
221 Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos  
222 ambientais, quando couber.

223  
224 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

225  
226 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

227 Presidente

228  
229 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 191/14**

230 AIA Nº : 34314-A  
231 PROCESSO Nº : PMSC 3259/2014  
232 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
233 RECORRENTE : JOSÉ DOMINGOS FURTADO  
234 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

235  
236 **EMENTA**

237  
238 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.





24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LONTRAS. TER EM CATIVEIRO  
AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos  
ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 193/14**

AIA Nº : 36602-A  
PROCESSO Nº : PMSC 3269/2014  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : MARCELO SANTIAGO  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA. TER EM  
CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO  
INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos





ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 324/14**

AIA Nº : 36594-A

PROCESSO Nº : PMSC 4908/2014

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

RECORRENTE : VILSON CEBOLD

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. TER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator. Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 452/17**



309 AIA Nº : 34504-A  
310 PROCESSO Nº : PMSC 10078/2016  
311 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
312 RECORRENTE : ELISEU TASSILI  
313 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

314

315 **EMENTA**

316

317 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
318 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITAPEMA. TER EM CATIVEIRO  
319 AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

320

321 **DECISÃO**

322

323 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
324 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
325 unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
326 Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos  
327 ambientais, quando couber.

328

329 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

330

331 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

332 Presidente

333

334 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 554/17**

335 AIA Nº : 19916-A  
336 PROCESSO Nº : PMSC 10510/2016  
337 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
338 RECORRENTE : MARCELO SONEGO  
339 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

340

341 **EMENTA**

342

343 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.



24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CRICIUMA. TER EM CATIVEIRO  
AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do voto e relatório do relator.  
Retornem os autos ao órgão autuador de 1ª instância, para cobrança da reparação de danos  
ambientais, quando couber.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 561/17**

AIA Nº : 43438-A  
PROCESSO Nº : PMSC 21954/2017  
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
RECORRENTE : LAZARO DAMASIO LUIZ  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
24, §3º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PAULO LOPES. TER EM  
CATIVEIRO PASSAROS NATIVOS DA FAUNA SILVESTRE, SEM AS DEVIDAS  
AUTORIZAÇÕES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do relator.



Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 525/18**

AIA Nº : 43749-A

PROCESSO Nº : PMSC 9171/2018

RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

RECORRENTE : JOÃO RAFAEL COLE

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA. CAÇA E ABATE DE ANIMAL SILVESTRE AMEAÇADO DE EXTINÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 527/18**

AIA Nº : 49301-A

PROCESSO Nº : PMSC 9186/2018

RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO



414 RECORRENTE : ALEXSANDRO DICKEL TURMENA

415 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

416

417 **EMENTA**

418

419 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
420 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA. CAÇA E ABATE DE  
421 ANIMAL SILVESTRE AMEAÇADO DE EXTINÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO  
422 PROVIDO.

423

424 **DECISÃO**

425

426 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
427 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
428 unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

429

430 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

431

432 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

433 Presidente

434

435 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 528/18**

436 AIA Nº : 43750-A

437 PROCESSO Nº : PMSC 9121/2018

438 RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

439 RECORRENTE : VILMAR COLOMBO

440 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

441

442 **EMENTA**

443

444 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
445 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA. CAÇA E ABATE DE  
446 ANIMAL SILVESTRE AMEAÇADO DE EXTINÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO  
447 PROVIDO.

448



**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 532/18**

AIA Nº : 09491-A  
PROCESSO Nº : PMSC 36281/2016  
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO  
RECORRENTE : JAIME ANDRE DALMAGRO  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE. PRATICAR ATO DE MAUS TRATOS A ANIMAIS, ATRAVES DE RINHA DE GALO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente



484

485 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 533/18**

486 AIA Nº : 9489-A

487 PROCESSO Nº : PMSC 36226/2016

488 RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

489 RECORRENTE : DIOGENES JOSÉ LONDERO

490 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

491

492 **EMENTA**

493

494 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
495 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.  
496 PRATICAR ATO DE MAUS TRATOS A ANIMAIS, ATRAVES DE RINHA DE GALO. RECURSO  
497 CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

498

499 **DECISÃO**

500

501 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
502 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
503 unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

504

505 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

506

507 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

508 Presidente

509

510 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 016/19**

511 AIA Nº : 38346-A

512 PROCESSO Nº : PMSC 28046/2017

513 RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA

514 RECORRENTE : LUIS CARLOS HOSTIM

515 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

516

517 **EMENTA**

518





RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SALETE. TER EM DEPÓSITO ESPÉCIES DA FAUNA SILVESTRE (TATU-GALINHA), DEPOSITADO, CARNEADO E CONGELADO NO FREEZER, SEM A DEVIDA PERMISSÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do relator.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

### RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 021/19

AIA Nº : 39677-A  
PROCESSO Nº : PMSC 3456/2019  
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
RECORRENTE : JOSÉ CARLOS FERREIRA  
PROCURADORA : NATALIÊ MARTINS BELTRÃO PONTES  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 37 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE IMBITUBA. EXERCER ATIVIDADE DE PESCA SEM PRÉVIO CADASTRO, INSCRIÇÃO E LICENÇAS AMBIENTAIS COMPETENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, após



sustentação oral pela procuradora do recorrente, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relator.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 027/19**

AIA Nº : 43505-A  
PROCESSO Nº : PMSC 59442/2018  
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
RECORRENTE : ADEMIR COSTA FLORENTINO  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE IMARUÍ. TER PRESO EM GAIOLA AVES DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMETE PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do relator.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 065/19**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

589 AIA Nº : 38767-A  
590 PROCESSO Nº : PMSC 17829/2018  
591 RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
592 RECORRENTE : AULO FARIA BORBA  
593 PROCURADOR : JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA TRAJANO  
594 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

596 **EMENTA**

597  
598 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
599 37 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. EXERCER ATIVIDADE  
600 DE PESCA NA MODALIDADE ARRASTO DE CAMARÃO COM TRAÇÃO MOTORIZADA,  
601 SEM LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO CONHECIDO E  
602 PROVIDO.

604 **DECISÃO**

605  
606 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,  
607 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por  
608 unanimidade, dar provimento ao recurso, convertendo a penalidade de multa em advertência,  
609 nos termos do artigo 62 da Lei 14.675, de 13 abril de 2009, conforme o voto e relatório do  
610 Relator. No que tange ao Termo de Apreensão e Depósito nº 034389, deverá ser anulado e  
611 restituído os bens apreendidos ao administrado.

612  
613 Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

614  
615 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

616 Presidente

617  
618 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 090/19**

619 AIA Nº : 44382-A  
620 PROCESSO Nº : PMSC 4817/2017  
621 RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO  
622 RECORRENTE : VELCI DE OLIVEIRA  
623 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)



**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE DESCANSO. PRATICAR ATO DE MAUS TRATOS A ANIMAIS, ATRAVES DE RINHA DE GALO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 091/19**

AIA Nº : 44383-A  
PROCESSO Nº : PMSC 4804/2017  
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO  
RECORRENTE : IVERALDO DE FREITAS  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE DESCANSO. PRATICAR ATO DE MAUS TRATOS A ANIMAIS, ATRAVES DE RINHA DE GALO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade negar provimento ao recurso. Com relação ao valor da multa, divergem os Conselheiros José Almerly Padilha (OCESC), Maicon dos Reis Soares (FAESC) e Rodrigo Walter (OAB/SC) do relatório da relatora, uma vez que houve um agravamento do valor da multa no despacho de penalidade sem intimação do administrado, conforme determina o artigo 123, parágrafo único, do Dec. 6.514/2008, deverá ficar a multa no valor inicial do auto de infração, qual seja R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Vencida a relatora.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 095/19**

AIA Nº : 44436-A  
PROCESSO Nº : PMSC 47569/2016  
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO  
RECORRENTE : ADRIANO JUSTEN  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. MANTER EM CATIVEIRO FAUNA SILVESTRE NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA DA AUOTIDADE COMPETENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

694

695

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

696

Presidente

697

698 O Recurso Administrativo nº 86/17 foi apresentado pela relatora Camila de Alcântara Rico e  
699 encaminhado para diligências.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

Florianópolis, 10 de outubro de 2019.